

CORREIO PAULISTANO



Imagem lúdica de Inteligência artificial

Inteligência Artificial é tema de seminário na Fecomercio

No dia 24 de outubro, a partir das 9h, a Fecomercio SP promove um encontro entre parlamentares, empresários e especialistas em um seminário com o tema O Marco Regulatório da Inteligência Artificial. Serão tratados de questões como: os efeitos práticos da regulação da IA para o Comércio; os custos de compliance e a adequação à lei; a proporção entre as regras e o tamanho

das empresas; as boas práticas; o uso da IA nos Serviços; a segurança jurídica e a proteção de dados; e muito mais! Além disso, a ideia é ficar por dentro de casos de sucesso de grandes players do mercado. E ainda conferir, em primeira mão, a sondagem inédita da FecomercioSP sobre o cenário da IA nas micro e pequenas empresas. Mais informações estão no site da Fecomercio SP.

Centro Esportivo do Pacaembu

Centro Esportivo do Pacaembu oferece 200 vagas gratuitas de natação para meninas. Alunas de escolas públicas têm prioridade; frequência escolar e nota contam pontos. As vagas são possíveis porque a Prefeitura fez uma parceria com a concessionária Allegra Pacaembu. As vagas são destinadas para meninas de 6 a 17

anos. O projeto começa em 2 de dezembro e prioriza alunas de escolas públicas, levando em conta também a frequência e o desempenho escolar das inscritas. As aulas terão 45 minutos de duração e ocorrerão uma ou duas vezes por semana, conforme o nível de habilidade das participantes. O espaço tem acessibilidade.

Voz da Câmara I

Líder do governo na Câmara, o vereador Fabio Riva (MDB) voltou a exaltar os benefícios que a revisão da PGV (Planta Genérica de Valores) trará para a população. A matéria foi aprovada em 1º turno na última quarta (8/10). “Nesse projeto, em especial, nós estamos fazendo não só justiça tributária, mas justiça social,

principalmente para a habitação de interesse social nas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) 1, 2 e 4, onde nós vamos isentar automaticamente mais de 285 mil famílias. E mais do que isso, além da isenção, nós vamos fazer a remissão daquilo que a Prefeitura cobrou dessas pobres famílias e que não deveria cobrar”.

Voz da Câmara II

Já o vereador Nabil Bonduki (PT) criticou a possibilidade de ampliação da Central de Tratamento Leste (local do antigo aterro São João), no bairro de São Mateus, com a instalação de um incinerador no local. Ao invés das obras no local, Bonduki sugeriu a implementação do Plano Municipal de Gestão In-

tegrada de Resíduos Sólidos, discutido no ano de 2013. “É um plano que propõe uma progressiva ampliação da coleta seletiva, do tratamento dos resíduos sólidos, a redução da geração de resíduos e também a implementação da compostagem como forma de tratar o resíduo orgânico”, disse Bonduki.

Voluntariado médico

Os 50 anos do voluntariado médico da região do Cangaíba foram celebrados em uma solenidade na Câmara Municipal de São Paulo. A iniciativa, do vereador Eliseu Gabriel (PSB), contou com a presença de autoridades, como o presidente do Legislativo paulistano, vere-

ador Ricardo Teixeira (UNIÃO) e o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB). O grupo foi fundado em 1975 por médicos e estudantes, que começaram a atender sem cobrar nada da população nos fundos da Paróquia Bom Jesus do Cangaíba, na zona leste da cidade.

São Paulo Restaurant Week

A edição de número 35 da já tradicional São Paulo Restaurant Week já começou e será realizada até o dia 16 de novembro. O evento tem mais de duzentos restaurantes confirmados. O festival gastronômico oferece menus completos (entrada, prato principal e sobremesa) a

preços fixos e acessíveis. Essa edição foi pensada para valorizar esse espaço de partilha, onde cada refeição é uma experiência afetiva. Para saber mais, basta visitar seu bar ou restaurante favoritos e verificar se ele faz parte do Restaurant Week.

Academia de Segurança Urbana em SP é aprovada

Plenário aprovou projeto por unanimidade em 1º turno

O Plenário da Câmara Municipal de São Paulo aprovou por unanimidade, em 1º turno, a criação da AEPSU - Academia de Ensino e Pesquisa em Segurança Urbana.

A proposta é do executivo e está vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, inserida na estrutura do Comando Geral da GCM (Guarda Civil Metropolitana).

Segundo o texto do Projeto, a AEPSU absorverá os bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal e recursos orçamentários e financeiros da atual AFSU (Academia de Formação em Segurança Urbana), criada pelo Decreto 58.199, de 18 de abril de 2018.

Prefeitura

Na justificativa, a Prefeitura argumenta que a criação da instituição “permitirá a consolidação de uma instituição de ensino e pesquisa dedicada à segurança urbana, elevando o padrão de capacitação da Guarda Civil Metropolitana, dos agentes da Defesa Civil, das Juntas Militares e demais servidores municipais que atuam na área de polícia administrativa municipal”.

O Executivo destaca, ainda, que a academia vai



Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP

O Plenário da Câmara aprovou o projeto por unanimidade em 1º turno de votação

alinhar a formação dos profissionais de segurança às diretrizes nacionais de educação, garantindo profissionalização progressiva, pluralismo pedagógico, incentivo à pesquisa científica e tecnológica.

Além disso, promoverá aperfeiçoamento especializado para as funções de comando e chefia. “Dessa forma, a cidade de São Paulo passará a contar com uma instituição pioneira no país”.

Defesa ao projeto

Vice-líder do governo na Câmara, o vereador Gilberto Nascimento (PL) defendeu o projeto. “Importante

para a cidade, que se torna também uma referência [na formação]. Nós já somos [referência em segurança pública] com a nossa guarda, uma referência na grande São Paulo e em outros municípios”, destacou o parlamentar.

“Estamos melhorando cada vez mais a segurança pública na cidade de São Paulo, mostrando que São Paulo é exemplo também para outras guardas (municipais)”.

Na fase de declaração de voto, a vereadora Edir Sales (PSD) elogiou a criação da Academia de Ensino e Pesquisa em Segurança Urbana.

“Essa, realmente, é uma iniciativa muito importante para nossa querida guarda, nossa estimada guarda, que nós respeitamos tanto”.

Contas públicas

Também na mesma sessão, o Plenário da Casa aprovou as contas do Executivo dos exercícios de 2016 (Fernando Haddad), 2017 (João Doria), 2018 (João Doria/Bruno Covas) e 2024 (Ricardo Nunes).

Já em relação ao TCM-SP (Tribunal de Contas do Município de São Paulo), foram acatadas as dos exercícios de 2017 (Roberto Braguim) e de 2022 (João Antonio).

Sabesp: redução de pressão noturna

A redução da pressão noturna na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) economizou, segundo a Sabesp, 4,9 bilhões de litros de água entre os dias 8 e 14 de outubro.

Essa economia é o equivalente ao consumo de 860 mil pessoas durante um mês - ou o quanto a cidade de Santos consome de água durante dois meses.

A economia é 75% maior que a registrada na primeira semana de adoção da medida, no final de setembro, quando foram poupados 2,8 bilhões de litros.

Desde que foi implementada, em 27 de agosto, a medida economizou mais de 22 bilhões de litros de água, quantidade suficiente para abastecer as cidades de São Bernardo, Santo André, Mauá e Diadema, no ABC, por 30 dias.

A redução da pressão é feita no período noturno, quando há menor consumo pela população.

O objetivo é preservar os mananciais que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo, que vive a estiagem mais severa dos últimos dez anos.

A Companhia reitera que os imóveis que possuem caixa-d'água com tamanho adequado para seu padrão de consumo, como previsto no Decreto Estadual de número 12.342/78, não devem sentir os efeitos.

A empresa lembra ainda a importância do uso consciente da água por toda a população.

Comissão debate políticas públicas para população em situação de rua



MP-BA

Comissão se reuniu com entidades representativas

A Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo deu continuidade às discussões sobre políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

O encontro contou com representantes de movimentos e associações, além da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Christian Francis Braga, presidente do Instituto GAS (Grupo de Atitude Social), criticou a falta de planejamento nas ações voltadas a pessoas em vulnerabilidade.

“Continuam as remoções compulsórias. A zeladoria não tem data para fazer as suas ações. Ou seja, tudo acontece à revelia, como se não fosse gente ali”, afirmou.

Alderon Costa, da Rede Rua, chamou atenção para a ausência de registros sobre mortes dessa população. “Em São Paulo, nós não sabemos quantas pessoas em situação de rua morrem e do que

morrem. Depois do óbito, há dificuldade de identificação e de garantia de um enterro digno”, disse.

Ele também destacou o fechamento de um núcleo de convivência em Santo Amaro, na zona sul. “É importante que a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) e a Prefeitura abram um serviço de atendimento urgente com banheiro, água e alimentação naquela região.” A Defensoria Pública do Estado de São Paulo também participou do debate.

A coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Fernanda Balera, questionou procedimentos de zeladoria em “cenas abertas de uso”, locais conhecidos pelo consumo de drogas. Segundo ela, a Defensoria tem recebido denúncias de abordagens em que pessoas são obrigadas a sair das calçadas e caminhar na rua. “A zeladoria urbana não é remoção de pessoas do

local onde elas estão. É a limpeza urbana em respeito às pessoas e aos seus bens”, afirmou. O inspetor superintendente Marcos Queiroz, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, informou que entre 100 e 120 profissionais atuam diariamente em toda a cidade no apoio às ações de zeladoria. Ele ressaltou a importância de denúncias formais em casos de abuso. “Não somos coniventes com ações ilegais.

Quando detectamos alguma postura inadequada, os profissionais são substituídos. Procuramos filtrar os agentes com cursos voltados principalmente à mediação de conflitos”, explicou. A presidente da Comissão, vereadora Luna Zarattini (PT), também manifestou preocupação com a postura do Executivo. “Em 2023, o prefeito Ricardo Nunes afirmou que barracas não eram lares — e nós concordamos. Mas, se barraca não é lar: moradia já. A nossa luta é por emprego e moradia”, declarou.